



Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1.979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE, DESTINADA À ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1.979.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiñaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes; presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão Solene de entrega de título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier.

Para receber e acompanhar até este plenário Sua Excelência o Senhor Secretário Luiz Alberto Gomes, representante de Sua Excelência o Governador do Estado, e o homenageado, designo uma comissão, integrada pelos Senhores Deputados: Airton Cordeiro, Renato Bueno e Nilton Friedrich.

Suspendo a sessão por alguns instantes, até a chegada de S. Ex^{as}.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está reaberta a sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Gomes, Chefe da Casa Civil, representante de Sua Excelência o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, Cidadão Benemérito do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Monsenhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima, Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Major Celso José Campos da Cunha, representante do Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército;

Excelentíssimo Senhor Capitão Aurélio Alcântara, representante do Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica;

Excelentíssimo Senhor Doutor Ruy Correia Lopes, representantes do Prefeito Municipal de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Professor Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Basílio Zanusso, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Domício Scaramella, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores.

Convido os presentes, a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Solicito do Sr. 1º Secretário, a leitura dos termos do Diploma de Cidadão Benemérito do Paraná, com que é agraciado o Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Basílio Zanusso) - (Lê o diploma).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Tenho a honra de convidar Sua Excelência o Senhor Luiz Alberto Gomes, representantes do digníssimo Governador do Estado, que faça a entrega do Diploma de Cidadão Benemérito do Paraná, ao homenageado.

(É feita a entrega) - (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para falar, em nome deste Poder Legislativo e enaltecer as qualidades do homenageado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Resende de Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Excelentíssimo Senhor Deputado Tércio Albuquerque, no exercício da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Alberto Gomes, Chefe da Casa Civil, representante de Sua Excelência o Senhor Governador Ney Aminthas de Barros Braga; Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, Cidadão Benemérito do Paraná; Excelentíssimo Senhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Major Celso José Campos da Cunha, representante do Comandante da 5ª Região Militar, e 5ª Divisão de Exército; Excelentíssimo Senhor Capitão Aurélio Alcântara, representante do Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica; Excelentíssimo Senhor Doutor Ruy Correia Lopes, representante do Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Basílio Zanusso, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Domício Scaramella, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Senhores Desembargadores. Demais autoridades aqui presentes, minhas Senhoras, meus Senhores, prezados Senhores Deputados. (Lê):

“Sumamente honrado e feliz com esta incumbência, afirmo que, quis o destino que, após a propositura do plano de lei aprovado pela unanimidade desta Casa, apresentado pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, hoje afastado deste Parlamento no desempenho da elevada função de Secretário de Estado, que este humilde Serventário da Justiça, que tem a honra de privar da amizade da família Paula Xavier, fosse designado para em nome deste Poder:-

Saudar o nosso homenageado, íntegro e culto Magistrado, Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho; filho do Sr. Francisco de Paula Xavier e de Dona Francisca de Paula Almei-

da, nascido na Cidade da Lapa, neste Estado, em 1.º de novembro de 1.909.

Iniciou o curso primário em sua cidade natal, concluindo-o no então "Ginásio Diocesano" de Curitiba, onde prosseguiu seus estudos, até os primeiros anos do secundário, havendo se formado no "Externato Colégio Paranaense".

Diplomou-se Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, quando, na qualidade de acadêmico e bacharelado, já vinha exercendo o cargo de Promotor Público de União da Vitória, desde janeiro de 1.931, onde iniciou sua brilhante carreira, na qual chegaria a cumprir meio século de inestimáveis serviços à Justiça do Paraná, sem jamais afastar-se por um só momento da pregação de Ulpiano, contida em sua máxima preferida: "SÚUM CUIQUE TRIBUERE".

O Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO, de maneira sóbria e incontestável, durante todo esse tempo, até chegar ao cargo máximo da carreira de Magistrado, na Comarca desta Capital, onde veio encerrar suas atividades, quer como integrante do Ministério Público paranaense, quer como Juiz, efetivamente procurou, DAR A CADA UM O QUE É SEU.

Após haver exercido os cargos de Promotor Público Adjunto e de Promotor Público das Comarcas de União da Vitória e de São João do Triunfo, foi nomeado, em 1.933, Juiz Municipal do então Termo de Reserva.

Removido para São João do Triunfo, em 19 de dezembro de 1.934, exerceu, também, o cargo de Juiz Substituto de São Mateus do Sul, onde permaneceu até os primeiros meses de 1.936.

Em 5 de junho de 1.936, foi removido a pedido, para o recém-criado Termo de Rebouças, instalando-o, assim como a Comarca do mesmo nome, quando para tanto foi elevado, sendo o seu primeiro Juiz, onde ficou até abril de 1.938.

Naquela oportunidade, em razão de haver sido instituído o regime de provas escrita e oral para o ingresso na Magistratura de carreira do Estado, submeteu-se àquele primeiro concurso assim realizado no Paraná, classificando-se em 1.º lugar, tendo sido nomeado, ainda em abril de 1.938, Juiz de Direito da Comarca de Clevelândia e daí removido, em 21 de dezembro, para a Comarca de Prudentópolis e, posteriormente, para a Comarca de Jacarezinho, permanecendo nesta cidade, até 1.944, quando foi removido para União da Vitória. Foi nesta comarca que se radicou por maior tempo em sua destacada atuação pelo interior do Estado, lá tendo permanecido até a data em que foi promovido para o cargo de Juiz de Direito da 1.ª Vara Criminal e do Juri da Comarca de 4.ª entrada desta Capital.

Em Curitiba, foi Juiz da 2.ª Vara Criminal e da Vara de Órfãos e Interditos, tendo funcionado também na Justiça Eleitoral (4.ª Zona) bem como na Presidência do Tribunal do Juri.

A partir de junho de 1.955, foi convocado sucessivamente, para substituir, no Tribunal de Justiça, os Desembargadores Edison Nobre de Lacerda, Aluizio Garcia da Costa Barros, Antônio Leopoldo dos Santos, Francisco da Cunha Pereira, Aprígio de Paulo de Carvalho Cordeiro, Oscar de Carvalho e Silva, Izaías Beviláqua, Lauro Sodrê Lopes e Lauro Fabrício de Mello Pinto, até ser nomeado, pelo Decreto nº 19.611, de 18 de outubro de 1.958, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Como Desembargador, exerceu a Vice-Presidência e a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, bem como o cargo de Corregedor da Justiça Eleitoral.

Na qualidade de representante do Estado do Paraná, na reunião de Presidente de Tribunais Eleitorais, no Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, realizado em Brasília, sugeriu e defendeu várias teses, muitas delas aco-

lhadas e posteriormente introduzidas como emendas ao Código Eleitoral vigente.

Durante vários anos integrou o Conselho Superior da Magistratura, participando, como membro de bancas examinadoras de diversos concursos para preenchimento de cargos de Juiz substituto e de Juiz de Direito, lecionando, também, várias matérias nos cursos preparatórios para ingresso na Magistratura, promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Tomou parte, igualmente, das Comissões de Revista e de Jurisprudência do Tribunal de Justiça e de Organização e Divisão Judiciárias, concorrendo, com sua grande experiência, para elaboração do atual Código (Resolução Normativa nº 1/75), tendo exercido, em caráter eventual, o cargo de Corregedor Geral da Justiça.

Em dezembro de 1.966, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, tendo assumido a Presidência, em Sessão Solene realizada no dia 4 de agosto de 1.967, cumprindo mandato até o dia 3 de fevereiro de 1.968.

Na Presidência do Tribunal de Justiça, realizou uma profícua gestão, caracterizada pela dinamização e modernização da máquina administrativa do Poder Judiciário, bem como pelo início de ampliação do atendimento judiciário no Paraná, o que chegou a ser criticado de princípio - como também acontecera com a construção do Centro Cívico e edificação do Teatro Guaíra pelos curtos de visão, tendo sua obra estrutural, porém, continuidade até os dias de hoje, sendo reconhecida pela sua relevância e pioneirismo.

Foi durante a sua administração do Tribunal de Justiça que se ampliou, o Quadro de Funcionários do Poder Judiciário, através da reclassificação procedida pela Lei nº 5.848, de 20 de setembro de 1.968 e que, pela vez primeira, se realizou um concurso público para preenchimento de cargo burocrático em nossa mais alta Casa de Justiça.

Em meados de seu mandato, esta Casa teve a oportunidade de aprovar a Lei nº 5.809, de 15 de julho de 1.969, elaborada por assessores do Tribunal de Justiça, sob a supervisão da Presidência e do Egrégio Tribunal Pleno, passando pelo crivo desta augusta Assembléia Legislativa e sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Ainda durante a gestão do Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, foi alterado o modelo de toga até hoje usado pelos Magistrados e realizada a primeira concorrência pública para aquisição de materiais, bem como se instalou o copicentro, para reproduções fotostáticas e microfilmagem e instituiu-se a mecanização do Serviço de Protocolo, hoje adotada em várias repartições estaduais.

Em época alguma as Varas Cíveis e Criminais de todo o Estado e, principalmente, o Juizado de Menores da Capital, reaparelharam-se tão adequadamente, sem demérito a qualquer outra gestão, pois devemos registrar que, somente às Varas de Menores, foram dedicados mais de 25% (vinte e cinco por cento) da parte do orçamento destinada a tais fins, permitindo-lhes contar com psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e novos comissários de vigilância, funcionando em instalações remodeladas.

A ampliação da segurança, pela presença da Justiça, foi sentida com a instalação de novas Varas e Comarcas em todo o Estado.

O espírito democrático e de diálogo da Presidência do Tribunal de Justiça fez-se sentir em todo o Paraná, com a série de visitas procedidas às mais longínquas comarcas, para constatação das suas reais necessidades; com a criação de uma Assessoria de Imprensa e com a abertura da Biblioteca do Tribunal de Justiça a todos os interessados em consultar as valiosas obras jurídicas que compõem o seu acervo e, bem assim, com o livre acesso ao gabinete.

Ficássemos a enumerar os benefícios trazidos ao Paraná por este ilustre homem público, poderíamos redigir um com-

pêndio, e tanto tal é verdade, que seu nome é pronunciado, pelo povo paranaense, com respeito, admiração e, até mesmo, veneração.

Mas, as atividades de nosso homenageado não se restringiram à Magistratura. Professor de português, lecionou no Colégio Estadual Túlio de França, em União da Vitória, educandário que ajudou a fundar, e no Colégio Estadual do Paraná, recebendo deste último, o título de "HONRA AO MÉRITO", pelos longos anos de trabalho, dedicação e espírito de sacrifício em favor daquela centenária casa de ensino, por ocasião de sua aposentadoria como integrante do magistério público do Estado do Paraná.

Como estudioso do direito, de suas decisões são sempre avocadas pelo equilíbrio, brilho e bom senso, tendo sido distinguido com elogios, inclusive de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Possui o Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho inúmeros artigos publicados e um livro: "QUESTOS", publicado quando do advento do Código Penal vigente.

É Cidadão Honorário de Curitiba, título que lhe foi outorgado pela Lei Municipal n.º 4.270, de 21 de dezembro de 1.971 e que recebeu em Sessão Solene realizada na Câmara Municipal desta Capital, na noite de 20 de setembro de 1.972, à qual compareceram as mais altas autoridades de nosso Estado.

Amante do futebol, ex-atleta e ex-presidente do União Futebol Clube de União da Vitória, faz questão de identificar-se e incluir-se entre os torcedores do Água-Verde Esporte Clube, hoje conhecido como Pinheiros, clube que prisma pela excelente administração, sendo "pilhado" diversas vezes, por amigos e mesmo pela crônica social, quando, na qualidade de Presidente do Poder Judiciário, em dias úmidos e frios, deixava de fazer uso de suas prerrogativas de autoridade estadual e ingressar nas tribunas de honra dos estádios, para assistir os jogos, muitas vezes em pé, junto com os torcedores que a crônica esportiva, carinhosamente, chama de "povão".

Apesar de sua simplicidade e humildade, não pode impedir que o povo de União da Vitória exigisse que o edifício do Fórum daquela comarca fosse denominado "Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho", em reconhecimento aos relevantes serviços prestados àquele município. Igual homenagem, mais tarde, viria a receber da população de Chopinzinho.

Além dessas honrarias, também foi agraciado com os títulos de Cidadão Honorário de Apucarana, Cascavel, Cianorte, Colombo, Cruzeiro D'Oeste, Engenheiro Beltrão, Guaraniaçu, Iporã, Londrina, Maringá, Nova Fátima e Prudentópolis, fato que por si só justificaria o reconhecimento que lhe é devido no momento em que encerra suas atividades no serviço público, pelo Estado do Paraná.

Pregando a harmonia entre os Poderes constituídos e identificado como o Magistrado modelo por todos que o conhecem, foi alvo de manifestações de apreço dos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado e de diversos municípios paranaenses, quando, no final do ano de 1.968, promoveu-se a campanha denominada "Um Paranaense no Supremo Tribunal Federal", tendo recebido moções de apoio do Governador do Estado, manifestada através de ofício e da unanimidade desta Casa de Leis, ao aprovar requerimento dos Deputados Roberto Galvani, Haroldo Bianchi, Jorge Sato, Ovídio Franzoni e Aguinaldo Pereira Lima, dirigido ao Presidente da República e Presidente do Excelso Pretório, unindo todas as forças deste Estado em torno do "jurista de renome, Líder nato nas decisões jurídicas", "que dedicou toda sua vida à causa da Justiça", **DESEMBARGADOR FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO**.

Em 1º de setembro de 1.971, novamente esta Casa se uniu para consagrar o nome desse laborioso e humilde cidadão

paranaense, ao aprovar diversos requerimentos, formulados pelos nobres Deputados Maurício Fruet, Domício Scaramella, Antônio Lopes Júnior e ainda conjuntamente por Acyr José, Erondy Silvério e Fabiano Braga Côrtes, por ocasião da efeméride que registrava o quinquagésimo aniversário de desempenho de suas funções públicas, principalmente na qualidade de "verdadeiro cultor do direito e da Justiça, que, pela sua formação humanística fez-se, desde logo, credor da admiração e de respeito de seus nobres Pares".

Casado com Dona Yone Catta Preta de Paula Xavier, há 42 anos, tendo nascido desta união quatro filhos: Ione, Zeusa, Francisco Xavier Neto e Francisco Xavier, que para sua alegria vê seguir seus passos em brilhante carreira, Dr. Francisco Xavier Neto, juntamente com estes amparou, e criou e encaminhou 11 (onze) menores, hoje com famílias constituídas e vidas organizadas.

Nada mais justo, portanto, que nesta data em que o Estado do Paraná concede a este filho ilustre, a merecida aposentação, os representantes de seu povo, em voz uníssona, em reconhecimento a uma vida dedicada à paz e à Justiça, elevando constantemente o bom nome da terra dos pinheirais perante as demais unidades da Federação, de que lhe outorgar o título de "CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ" ao Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com muita honra, concedo a palavra ao Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, nosso ilustre Cidadão Benemérito.

O SR. DESEMBARGADOR FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO — Excelentíssimo Senhor Deputado Tércio Albuquerque, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Gomes, Chefe da Casa Civil, representante de Sua Excelência o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Monsenhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima, Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Major José Campos da Cunha, representante do Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército;

Excelentíssimo Senhor Capitão Aurélio Alcântara, representante do Comandante da Escola de Oficiais e Especialistas da Aeronáutica;

Excelentíssimo Senhor Doutor Rui Correia Lopes, representante do Prefeito Municipal de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Professor Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná;

Excelentíssimos Senhores Desembargadores Zeferino Buzato Krukoski, 1º Vice-Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado; Ossian França,, digníssimo Corregedor da Justiça. Demais ilustres Desembargadores da ativa, e, como aposentados, demais autoridades presentes, Srs. Deputados;

Excelentíssimos Senhores e Senhoras presentes, Irmãos representantes de Lojas.

Permitam-me que, antes de iniciar as palavras que escrevi, e vou ler, porque representam o meu sentimento a respeito desta honraria que me foi conferida, que eu lembre o caro Deputado Gilberto Carvalho, que trouxe à voz do coração, com palavras carinhosas, palavras cheias de bondade, e peço a Deus, que retribua em dobro, a alegria que proporcionou com suas palavras, a mim e aos meus. (Lê):

"Os anos - mais de meio século de uma experiência, a cada dia adquirida - tornaram-me imune às vaidades. Se tal não tivesse acontecido, incorreria em grande erro, pois, ao calor desta honraria, poderia pensar ser esta uma homenagem unicamente pessoal, quando, em verdade, a mesma se espria

e atinge todo o Poder Judiciário do meu Estado, o Magistério Paranaense e à minha família.

Aqui represento mero símbolo e, dessarte, ao mesmo tempo em que agradeço a honra excelsa, a ela me alio, quando atinge todos os integrantes do Poder Judiciário e os Professores de minha terra.

Abricei a judicatura e o idealismo, aliado à carência de Mestres, me levou ao Magistério, dando-me este a graça, até mesmo neste momento, de vislumbrar entre os integrantes desta Casa, um ex-aluno e hoje mestre, Deputado Deni Schwartz, em cuja pessoa relembro e abraço todos os antigos discípulos.

Recebo, como disse, a grandeza desta homenagem — prestada pelo povo de meu Estado, através de seus mais ilustres representantes — compartilhando-a com os Juizes e Mestres de ontem e de hoje, assim como com os integrantes do Ministério Público, os advogados e os Serventuários da Justiça, não somente pelo auxílio que deles recebi, mas, de igual, na qualidade de ex-Promotor, ex-advogado, ex-serventuário e ex-funcionário do Poder Judiciário.

Como Magistrado, membro do Ministério Público, advogado e funcionário da Justiça, sempre tive em mente o respeito à suprema assertiva do Sermão da Montanha: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos".

A Justiça, anseio do homem, desde o seu surgimento, sempre se constituiu em necessidade impostergável.

Com a sociedade, nasceu o Direito — "ubi societas, ibi ius". No entanto, de nada valeria uma concepção abstrata do direito, se não houvesse a possibilidade de recurso ao devido processo legal, entretendo-se ao Judiciário a tarefa de assegurar, como já dizia Ulpiano, o dar a cada um o que é seu.

A lei existe para reger o fato social e para ter aplicação à comunidade, a todos e a cada um, sem exceção, e quando se afasta dos lindes constitucionais, a justiça deve fulminá-la. Assim, a ação do Juiz atinge diretamente o próprio ser humano, porém, cumpre ressaltar, que o Magistrado, embora ungido com o poder quase divino de julgar, nem por isso deve se sentir menos humano. Ao contrário, é de mister ter sempre presente ser um homem como seu semelhante, padecendo das mesmas necessidades e convivendo com a grandeza e a miséria humana, tendo espírito e sentimento. Somente assim, ao julgar, o Juiz integrará o espírito comunitário, com o correlato dever de garantir a segurança social, a cada dia mais difícil, como reflexo de nossos tempos e de nós mesmos.

A tranquilidade e a paz sociais, segundo Gusmão, constituem a finalidade imediata do direito formulado. E o Magistrado, aplicando o direito formulado, temperando-o com os paliativos da consciência e do bom senso, ou formulando, ele próprio o direito, estabelece a hierarquia e a ordem nacional. É necessário que a ordem se faça presente, pois ela está para a sociedade como a saúde para o indivíduo. Ao verdadeiro Juiz cabe mantê-la, com proporção, equilíbrio e serenidade.

Magistrado relapso, quando o há, ou ausente, quando ocorre, conforme tenho afirmado em minha existência, faz com que a sociedade periclite e o cidadão sinta a insegurança de sua liberdade, do seu patrimônio material e espiritual, surgindo o caos, consistente na desgraça maior de um aglomerado humano, medrando a incerteza e a intranquilidade, numa atmosfera de medo, na qual surgem, vitoriosos, os beneficiários do crime e da arbitrariedade, pois a corrupção ou a omissão do poder jurisdicional atinge, na carne, o ser humano, sendo muito mais nefasta do que um Executivo ou Legislativo eventualmente mal conduzidos.

Como Juiz, procedi como procederam e procedem os Magistrados de ontem e de hoje, procurando, através da judicatura e, até mesmo, quando alçado à Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, dignificar a Justiça, tornando-a mais pronta, pois, quando tardia, se constitui em injustiça, fazendo com que os necessitados, desiludidos, abduquem de seus

direitos, bem como procurando torná-la mais humana, desbastando a pedra bruta da norma, com o maço e o cinzel do bom senso e da consciência, sempre em busca da verdade real que, nem sempre, é a verdade processual.

No Magistério, desde menino, encontrei mais uma razão para a minha existência. Principiando a ensinar, aos 14 anos, para poder manter meus próprios estudos, obtive a suprema graça de ajudar a formar milhares de jovens, hoje vencedores, alguns ocupando cargos importantes em administrações Municipais, na Estadual e na Federal, outros, Magistrados, Promotores, advogados, serventuários e professores. Contribuindo na fundação de casas de ensino, uma delas, inclusive, levando o nome ilustre do Magistrado que tanto honrou o Poder Judiciário desta terra, Dr. Túlio de França, pai do eminente Desembargador Ossian França, atual Corregedor Geral da Justiça — testemunhei o quando pode o Mestre dar de si em prol da comunidade, por maiores que sejam os sacrifícios.

Feito este relato, cumpre frisar ter em minha vida procurado seguir o exemplo dos bons e dos justos, nestes me inspirando para os meus atos, parodiando palavras do grande Rui. Só assim consegui alcançar a felicidade constante, que hoje chega à sua culminância, consistente em, a despeito do tempo haver feito curvar meu corpo, jamais ter baixado os olhos diante de mim mesmo, para não os ter que baixar, nunca, perante outros.

Na minha idade, a rosa dos ventos um só rumo indica: o do poente. As outras flechas marcam rotas percorridas ou que já não há mais tempo a percorrer. O pensamento, entretanto, dispõe de infinitos recursos, entre eles permite tornar o passado em presente, dando a ilusão de o que foi ainda ser. Vivo, assim, todas as passagens com saudade.

Lembro de minha legendária Lapa, que tantas honras tem dado a este Brasil, inclusive nas pessoas de meus conterrâneos Ney Braga, ex-Ministro e hoje, mais uma vez, à frente do Governo Estadual e Fabiano Braga Côrtes, Presidente desta Casa.

Nos campos do Passa-Dois, na Rua das Tropas, onde nasci, na ténpera dos meus que, com Chico Fidélis — meu pai —, aprenderam a dar valor às coisas simples e a manter a dignidade de viver, busquei as forças que me conduziram na vida.

Com minha Lapa, com o povo de Reserva, de Rebouças, de Tibagi, de São João do Triunfo, de São Mateus, de Clevelândia, de Prudentópolis, de Jacarezinho e de União da Vitória, nesta passando mais de uma década, encontrando aquela que seria minha querida companheira e secretária até hoje, IONE, divido também, as honras ora recebidas.

A velhice, disse um escritor, é a reconstituição da vida. Nesta cerimônia oferecida já quase ao findar de minha existência, posso dizer: sou feliz, pelo destino ter me feito Juiz, Promotor, advogado, Serventuário da Justiça e professor. Sou feliz, por ter cumprido o meu dever com amor e ter a estrada da minha vida sido aplainada pela graça do Supremo Arquiteto do Universo e pela bondade dos homens.

Sou feliz por poder ter recebido a maior honraria da minha existência, quando já aposentado.

Sou feliz, por ter sido julgado, após tanto julgar, pelo povo de minha terra, através de seus ilustres representantes nesta Casa que, fraternalmente unidos, abstraídas as cores partidárias, me outorgaram, bondosamente, a maior glória que pode aspirar um filho da terra dos pinheirais.

Sou feliz pela presença de todos que aqui vieram, mais uma vez, trazer o calor da amizade sincera.

Sou feliz, como disse ao início, em poder compartilhar com todos os que citei a excelsa honraria e como pai, que não amaldiçoou fortuna material ao longo de quase setenta anos, em ter a graça de transmitir a meus filhos, de sangue e de coração, esta herança que constitui o patrimônio de minha vida.

Tenho dito.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) A Presidência agradece a presença das ilustres autoridades civis, militares, eclesiásticas e demais pessoas, que tanto brilhantismo deram à solenidade.

Da mesma comissão anteriormente designada, solicito que acompanhe Sua Excelência o Sr. Dr. Luiz Alberto Gomes, representante de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado,

durante sua permanência no Palácio XIX de Dezembro, bem como o ilustre homenageado, ao Salão Nobre, onde receberá os cumprimentos.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a Sessão.

(É executado o Hino do Paraná).